

## ■ Sobre a política cultural dos Cacá Diegues

—**Tatiana Roque**

Na matéria do Segundo Caderno de 5/5/2003, que comenta o apoio da "classe artística" ao protesto de Cacá Diegues, Renata Sorrah afirma, ao lado de muitos outros comentários da mesma natureza, que não entende como o governo pode pedir contrapartida social, pois fazer a peça "Medeia" é pensar a realidade brasileira. Sobre isto, gostaria de fazer uma singela pergunta: o que uma coisa tem a ver com a outra? Uma coisa é o fato de haver um critério, do qual discordo, dizendo que um dos fatores que irão contar na avaliação dos projetos é a identidade brasileira. Isto não quer dizer que o governo determinou normas para o conteúdo, nem mesmo para a forma, das obras produzidas, nem que estas obras deveriam tratar apenas da realidade brasileira. Colocar ênfase sobre este ponto, reconhecido como absurdo pela maior parte das pessoas, inclusive por mim, é querer desviar a atenção de um segundo ponto que consta destes critérios, a saber, a justa contrapartida social. O que está sendo dito de mais importante pelo governo, e vem a ser bastante pertinente, é o seguinte: para "Medeia" ser financiada com dinheiro público, deve possibilitar o acesso de todos os cidadãos, ou ao menos de um público abrangente, e não apenas da classe média, dita "intelectualizada", que pode pagar 20, 15 ou mesmo 10 reais para ir ao teatro. O que está sendo dito é também o seguinte: para que "Medeia" seja financiada com dinheiro público, deve incluir, na própria produção, uma faixa da população que está excluída dos meios de produção. A este respeito, é esclarecedor o comentário de Artur Xexéo, ao sublinhar a ausência de Walter Carvalho na ficha técnica do filme "Nelson Freire" - e isto nada tem a ver com a competência do Walter Carvalho: sempre os mesmos produtores, sempre os mesmos cenógrafos, sempre os mesmos iluminadores, sempre os mesmos figurinistas, sempre os mesmos artistas (em geral "filhos" de alguém "famoso" ou de alguém da "classe artística"). A maior abrangência das fichas técnicas dos filmes e dos espetáculos teatrais já seria uma grande contrapartida social, o que não dá é para continuar financiando, com dinheiro público, a mesma "panela"

que tem contatos nos departamentos de marketing das estatais. E o grande passo representado pelas novas determinações do governo (infelizmente já revogadas pelo lobby corporativo da "classe artística") seria, justamente, a transparência de tais critérios, tornando o processo mais acessível a todos.

No mais, sobre o conteúdo, a forma e a ficha técnica de cada obra, cada um pode continuar fazendo o que bem entender, como bem entender e com quem bem entender, mas não com dinheiro público! Aliás, pergunto à Renata Sorrah (e me desculpo por estar individualizando a pergunta, porque esta pergunta é na verdade para todos, mas quem se expõe assume também a responsabilidade): se a produção de "Medeia" é tão relevante, por que precisa de financiamento público e não pode se sustentar apenas pela bilheteria, ou mesmo possuir um patrocinador privado que obtenha retorno publicitário com o espetáculo? Com toda a visibilidade que possuem Renata Sorrah e todos os outros que bradavam contra a política do Lula na referida matéria, por que precisam do dinheiro da Eletrobrás ou de qualquer subsídio estatal? O verdadeiro incômodo relativo à distribuição das verbas públicas está na concentração destas mesmas verbas nas mãos de poucos que são, aliás, sempre os mesmos.

Sinceramente, não é possível que a criatividade esteja tão concentrada e seja tão elitizada, sobretudo em um país tão criativo! Sinto-me muito a vontade para fazer esses comentários, sem nenhum ressentimento; não exerço nenhuma das funções citadas e estou feliz com meu trabalho. Se os faço é porque, mesmo sendo razoavelmente "intelectualizada", não suporto ir ao teatro e suporto muito pouco ver os filmes nacionais. Mas não penso que o problema seja meu (será que eu "não entendi" o que é arte e cultura como acusam os entrevistados no Globo?); não penso que o problema seja o fato de que não se fala suficientemente da "realidade brasileira" ou de questões próximas da "linguagem do povo". Nada disso - e entendo que o governo também não está dizendo isso. O grande problema da produção cultural brasileira - e acho que o governo está dizendo isso - é a concentração e a elitização da produção. Como consequência, os espetáculos tornam-se desinteressantes, repetitivos, pouco criativos: já nascem velhos. No caso do cinema, assumo que acho os filmes estrangeiros, de modo geral, sem considerar casos específicos, bem melhores do que os brasileiros. Mas não porque os brasileiros sejam mais burros, menos talentosos ou menos criativos, de jeito

nenhum, mas porque quase toda a produção cultural no Brasil reproduz a dinâmica de um grupinho e, sendo assim, repete e se repete. Produz e reproduz-se a si mesma, perpetuando as dinâmicas, o funcionamento e os pontos de vista deste grupinho.

A universalização do acesso, não apenas ao espetáculo, mas à produção dos bens culturais é fundamental para a própria qualidade da obra. E se a contrapartida a que se refere o governo diz respeito a esta universalização - e assim a compreendo - isto irá interferir, sim, no conteúdo e na forma da obra (graças a Deus!), mas não diretamente, não por nenhum "dirigismo". Tal influência se dá através de novas dinâmicas reais e materiais de produção, dinâmicas estas que poderão expressar, sempre reatualizando e modificando, o gosto, a criatividade, o talento e a inteligência de muitos, em seus embates e suas tensões, gerando novidades absolutas que não temos meios para imaginar. Obviamente, isto é sempre mais rico do que o consenso da inteligência de poucos, ainda que sejam eles muito inteligentes, como é o caso da classe artística brasileira.

Dito isto, pergunto eu, quem deve ser acusado de dirigismo cultural? O governo ou a classe artística, que pretende guardar para si os privilégios da produção e da reprodução dos bens culturais, guardando, de quebra, para seus amigos de classe, o acesso à produção e ao consumo destes bens? Ora, sinceramente! Mesmo que inconscientemente, pois acredito de verdade que esteja bem intencionado, o Cacá Diegues sabe que, enquanto esta universalização não acontecer, ele próprio continuará sendo uma das referências mais importantes do cinema nacional. Mas será que isto continuaria assim se os "Zé Pequenos" da vida comessem a fazer seus filmes, ao invés de serem objetos de discurso cinematográfico?

Escrevo este protesto justamente porque não faço parte da classe artística e penso que quem deve dizer o que fazer com o dinheiro público na cultura não são os artistas, nem os produtores culturais, mas as pessoas em geral, isto é, o público, que pode ser composto, inclusive, por pessoas da "área cultural" ou da "classe artística" (mas também pode não ser). Do contrário, se indicassem eles os rumos da política pública para a cultura neste país, deveríamos acusar, sim, os artistas, e sua classe, de dirigismo cultural. Penso, portanto, no que diz respeito a aplicação das verbas públicas, que minha opinião é tão importante quanto a do Cacá Diegues.

■ Tatiana Roque é professora do Instituto de Matemática da UFRJ e pesquisadora do Collège International de Philosophie.